

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Graduação em Ciências Sociais**

Betina Taís Dahmer

**TRANSFERÊNCIA DE RENDA E VOTO EM 2022:**  
Jair Bolsonaro teve dividendos eleitorais do Auxílio Brasil?

Porto Alegre  
2023

Betina Taís Dahmer

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E VOTO EM 2022:  
Jair Bolsonaro teve dividendos eleitorais do Auxílio Brasil?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial à obtenção do título de  
bacharel em Ciências Sociais do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Simoni Junior

Porto Alegre

2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

Dahmer, Betina Tais  
Transferência de Renda e Voto em 2022: Jair  
Bolsonaro teve dividendos eleitorais do Auxílio  
Brasil? / Betina Tais Dahmer. -- 2023.  
46 f.  
Orientador: Sergio Simoni Junior.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Auxílio Brasil. 2. Jair Bolsonaro. 3. eleições.  
4. políticas de transferência de renda. 5.  
comportamento eleitoral. I. Simoni Junior, Sergio,  
orient. II. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Betina Taís Dahmer

TRANSFERÊNCIA DE RENDA E VOTO EM 2022:  
Jair Bolsonaro teve dividendos eleitorais do Auxílio Brasil?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Simoni Junior

Aprovado em: Porto Alegre, 10 de Abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Sergio Simoni Junior  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Bruno Marques Schaefer  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf Gonzalez  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

A vida é um grande quebra-cabeças, mas ela não precisa ser experienciada sozinha. Por isso, agradeço a todos aqueles que me ajudaram e me ajudam a encaixar as peças.

Ao meu orientador Sergio Simoni Jr., que desde 2020 fez com que eu me apaixonasse pela Ciência Política e pela vida acadêmica. Obrigada por ser tão atencioso e me dar o suporte necessário para que este trabalho saísse do mundo das ideias e se tornasse algo concreto. Me sinto honrada por trilhar este caminho ao lado de quem é um exemplo de professor e pesquisador para mim.

À Esther, que tive a sorte de conhecer. Uma colega que se tornou uma grande amiga. Agradeço imensamente por todos os cafés e conversas. É bom ter com quem dividir os anseios da vida universitária.

O meu maior e mais importante agradecimento é, com toda certeza, à minha família. Aos meus pais, Miriam e Valdir, que nunca duvidaram de mim e sempre me permitiram sonhar. À, Andréia, pela cumplicidade e amor incondicional de irmã. À minha avó materna, Leoni, que sempre cuidou de mim. E, à minha avó paterna, Hertha, que me ensina a ter paciência. Tudo isso é por e graças a vocês.

Emicida canta que quem tem um amigo tem tudo. Larissa é minha companheira de jornada há mais de dez anos. Ela me ensinou o que é amizade. Nathalia, que apesar de ter ido morar do outro lado do oceano, se faz presente. Ela me ensinou o que é diálogo. Juliana foi a primeira pessoa que fez de Porto Alegre um lar para mim. Ela me ensinou o que é carinho. Não sei se quem tem um amigo tem tudo, mas posso afirmar que quem tem vocês três, tem.

À minha terapeuta, Letícia. Obrigada pela escuta sem julgamentos e por me apresentar ferramentas que me fazem viver uma vida mais saudável. Hoje, depois das nossas centenas de conversas, eu acredito mais em mim. Isso é algo poderoso.

Ao Gustavo, com quem divido a vida. Sinto que ganhei na loteria quando te conheci. É um grande privilégio viver ao lado de quem me ensina sobre tantas coisas (inclusive, sobre mim)

a cada dia que passa. Agradeço pelo amor tranquilo e pelo companheirismo. *“Now what?” “I am not sure... but at least we are here together.”*

E, por fim, ao meu cachorro, Tofu, que permaneceu deitado ao meu lado enquanto eu escrevia grande parte deste trabalho. Eu não sabia que eu era capaz de amar tanto algo tão peludo.

## RESUMO

Este trabalho pretende investigar se o recebimento de programas de transferência de renda impactam nas eleições presidenciais. Para isso, verifico se os municípios com maior cobertura do Auxílio Brasil recompensaram Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022. Minha hipótese é que, devido ao seu histórico, Bolsonaro não conseguiu criar uma plataforma política forte o suficiente para receber os dividendos eleitorais do Auxílio Brasil nas urnas. Os resultados obtidos demonstraram que a porcentagem de beneficiários do Auxílio Brasil no município esteve fracamente relacionada com a performance eleitoral do ex-presidente. Quando se adiciona diferentes variáveis de controle a fim de captar parte do conflito social, econômico e político que reverbera durante as eleições, esta correlação foi estatisticamente nula. Ou seja, do ponto de vista teórico as evidências reforçam a posição de que essas políticas sociais não se traduzem automaticamente em retorno eleitoral, sendo necessário que políticos construam uma identificação de longo-prazo com iniciativas deste tipo.

**Palavras-chave:** Auxílio Brasil, Jair Bolsonaro, eleições, políticas de transferência de renda, comportamento eleitoral.

## ABSTRACT

This research intends to investigate whether conditional cash transfer policies impact presidential elections. For this, I investigate if the municipalities with the highest coverage of Auxílio Brasil rewarded Jair Bolsonaro in the 2022 election. My hypothesis is that, due to his record, Bolsonaro failed to create a strong enough political platform to receive the electoral dividends of Auxílio Brasil at the ballot box. The results showed that the percentage of beneficiaries of the Auxílio Brasil in the municipality was weakly related to the electoral performance of the former president. When different control variables are added in order to capture part of the social, economic and political conflict that reverberates during the elections, this correlation was statistically null. In other words, from a theoretical point of view, the evidence reinforces the argument that these social policies do not automatically translate into electoral returns and it is necessary for politicians to build a long-term identification with programs of this type.

**Keywords:** Auxílio Brasil, Jair Bolsonaro, elections, cash transfer programs, electoral behavior.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - representação gráfica do funil de causalidade.....	20
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das variáveis.....	35
Tabela 2 - Regressão linear - Modelo I.....	36
Tabela 3 - Regressão linear - Modelo II.....	37
Tabela 4 - Regressão Linear - Modelo III.....	37
Tabela 5 - Regressão Linear - Modelo IV.....	38
Tabela 6 - Regressão Linear - Modelo V.....	39
Tabela 7 - Regressão Linear - Modelo VI.....	40

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CCT - *conditional cash transfer*

PAB - Programa Auxílio Brasil

PBF - Programa Bolsa Família

PT - Partido dos Trabalhadores

PDC - Partido Democrata Cristão

PFL - Partido da Frente Liberal

PP - Progressistas

PSC - Partido Social Cristão

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 TEORIAS EXPLICATIVAS DO VOTO</b>	<b>16</b>
2.1 Teoria Sociológica	16
2.2 Teoria Psicossociológica	18
2.3 Teoria da Escolha Racional	21
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS E VOTO</b>	<b>27</b>
3.1 Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil	27
3.2 Políticas de Transferência de Renda e Impacto Eleitoral	29
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>33</b>
<b>5 RESULTADOS</b>	<b>35</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do século XX, vários países ao redor do mundo passaram a se mobilizar com o objetivo de minimizar os problemas causados pela pobreza extrema (PASE e MELO, 2017). Essa mobilização se deu sobretudo através de políticas sociais, que constituem um subconjunto das políticas públicas, e se preocupam com a proteção social do indivíduo pelo Estado em áreas como educação, saúde, moradia e previdência. Aliado a isso, PASE e Melo (2016) destacam que quanto mais pobre for um país, maior será sua dificuldade na implementação dessas políticas e, na maioria das vezes, eles acabam optando por atuar no alívio da pobreza e garantia da sobrevivência básica. Na América Latina, a partir dos anos 80 e 90, diversos governos adotaram políticas de transferência de renda condicionada (CCT, na sigla em inglês) como parte de uma nova agenda de políticas sociais (RAWLINGS e RUBIO, 2005; PASE e MELO, 2016). Simoni Jr. (2017) afirma que os CCTs representam uma mudança de paradigma em relação às tradicionais políticas sociais adotadas na América Latina que

(...) se caracterizavam por possuir um caráter corporativista (Esping-Andersen, 1991; Santos, 1979; Diaz-Cayeros e Magaloni, 2009), pela exclusão da grande maioria dos trabalhadores informais; por consequências regressivas que contribuíam para aumentar as desigualdades sociais (Paes de Barros et al., 2000), e, quando atingiam de fato as parcelas mais pobres, muitas vezes, eram operadas por mecanismos clientelistas de distribuição de cestas básicas, materiais de construção, vestuário, etc. (SIMONI JR., 2017:12)

Fleury (2008) comenta que as políticas sociais brasileiras desenvolveram-se a partir do início do século passado e acabaram configurando um tipo de padrão de proteção social só alterado com a Constituição Federal de 1988. Cronemberger e Teixeira (2015) pontuam que a carta constitucional de 1988 trouxe um significativo avanço em relação ao reconhecimento das demandas sociais e ao reordenamento do sistema de proteção social com base em princípios universalistas.

Um dos maiores e mais famosos exemplos de políticas sociais brasileiras foi criado em 2004, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), onde o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou o Programa Bolsa Família (PBF), que unificava e reorganizava programas sociais criados pelo governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O público-alvo era famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$100,00 e

R\$50,00, respectivamente, em valores correntes. O PBF fazia parte da estratégia Fome Zero que tinha como um de seus objetivos o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Para além do Brasil, os principais programas foram introduzidos no México, Colômbia, Chile, Nicarágua, Argentina e Equador (RAWLINGS e RUBIO 2005; HALL, 2006; CORRÊA, 2015). Rapidamente, os CCTs assumiram centralidade no debate acadêmico e diversos pesquisadores se debruçaram sobre os impactos socioeconômicos dos mesmos (SOUZA, 2009; FISZBEIN et al. 2009; SOARES, RIBAS e OSÓRIO, 2010). Mais recentemente, cientistas políticos têm analisado como os investimentos nestas políticas públicas afetam o desempenho eleitoral dos candidatos sob a seguinte lógica: de um lado, os partidos e políticos formuladores desses programas esperam recompensas eleitorais; de outro, os eleitores beneficiários, ao receberem o dinheiro dado pelo programa, podem se tornar ativos cruciais para os incumbentes (HALL, 2006, 2008; SANDBERG e TALLY, 2015).

Central nesta literatura é o debate sobre clientelismo. A noção de clientelismo que utilizo neste trabalho é baseada na obra de Kitschelt (2000), a qual enfatiza que relações clientelistas são trocas condicionais de bens materiais e serviços por votos. É comum entre os autores a visão de que esta prática permeia a política eleitoral na América Latina (O'Donnell, 1996; Stokes, 2005; Fenwick, 2009). Dessa forma, Simoni Jr. (2017) defende que parece natural o interesse de muitos analistas em verificar se políticas focadas nos mais pobres não seriam apenas mais uma expressão “of the old story of using the government to build clientelistic support” (HUNTER e POWER, 2007: 9 *apud* SIMONI JR., 2017:13).

Na mídia e no debate político, não é incomum a visão de que o PBF é permeado por clientelismo e personalismo, com a criação de “currais eleitorais”. Principalmente entre a oposição aos governos petistas, é recorrente o argumento de que o programa seria uma forma de compra de votos institucionalizada<sup>1</sup>. Entretanto, na literatura acadêmica, a maior parte dos pesquisadores considera que o próprio desenho do Bolsa Família não permitiria, ao menos não em nível suficiente, a destinação de benefícios de acordo com o comportamento dos eleitores nas urnas (FRIED, 2009).

---

<sup>1</sup> FALCÃO, Jaqueline. Gilmar Mendes diz que Bolsa Família é 'compra de voto institucionalizada'. O Globo, 21 de outubro de 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/gilmar-mendes-diz-que-bolsa-familia-compra-de-voto-institucionalizada-20334383> Acessado em: 17/03/2023

Em 2018, Jair Bolsonaro, então no PSL, venceu as eleições presidenciais. Durante sua carreira como deputado federal, Bolsonaro (que durante sua trajetória parlamentar passou por PDC, PFL, PP, PSC, PSL - todos partidos de direita) se mostrou um forte crítico do PBF chegando a chamar o programa de “Bolsa Farelo”<sup>2</sup>, além de associar o pagamento ao “voto de cabresto”<sup>3</sup>. Em 2011, na Câmara dos Deputados, defendeu a extinção do programa<sup>4</sup>. Em 2017, afirmou que a ampliação do PBF seria “demagogia”: “Para ser candidato a presidente tem de falar que vai ampliar o Bolsa Família, então vote em outro candidato. Não vou partir para a demagogia e agradar quem quer que seja para buscar voto.”<sup>5</sup>. Seria esse o fim do Programa Bolsa Família?

Em seu primeiro ano de governo, levantaram-se suspeitas na imprensa de que Bolsonaro estaria planejando renomear o PBF e também alterar algumas de suas características, de modo a ter um CCT que pudesse chamar de seu.<sup>6</sup> De fato, o último pagamento do programa aconteceu em 29 de outubro de 2021, e desde este momento até o final do ano seguinte vigorou o Programa Auxílio Brasil (PAB). A implementação do PAB ocorreu a menos de um ano da disputa presidencial de 2022. Em outubro de 2021, enquanto Bolsonaro era cotado para tentar a reeleição, o então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva liderava as pesquisas de intenção de voto para 2022.<sup>7</sup> Ou seja, Bolsonaro tinha como principal adversário um candidato cuja imagem está totalmente vinculada ao PBF. Desde o início da campanha eleitoral, o então candidato do PSL, mobilizou a máquina pública a seu favor. O Auxílio Brasil é uma das principais frentes dessa estratégia que contou com diversas alterações. Na tentativa de ser um candidato mais competitivo, ele precisou angariar votos entre os mais pobres, terreno onde Lula liderava com vantagem. Além de alterar o nome do

<sup>2</sup> Tweet de Jair Bolsonaro em 01 de abril de 2010. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/11404282221> Acessado em: 20/03/2023

<sup>3</sup> De 'voto de cabresto' a 'essencial', veja em vídeo como opinião de Bolsonaro sobre o Bolsa Família mudou. O Globo, 23 de agosto de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/de-voto-de-cabresto-essencial-veja-em-video-como-opinio-de-bolsonaro-so-bre-bolsa-familia-mudou-24607661> Acessado em: 20/03/2023

<sup>4</sup> MELLO, Igor. Antes de ampliar Bolsa Família, Bolsonaro defendeu fim do benefício. UOL 17 de outubro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/17/antes-de-ampliar-bolsa-familia-bolsonaro-defend-eu-fim-do-beneficio.htm> Acessado em: 20/03/2023

<sup>5</sup> TOLEDO, Marcelo. Bolsonaro visita Festa do Peão e critica Bolsa Família e legislação ambiental. Folha de São Paulo, 26 de agosto de 2017. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1913378-na-festa-do-peao-bolsonaro-critica-bolsa-familia-e-legislacao-ambiental.shtml> Acessado em: 04/03/2023.

<sup>6</sup> Governo estuda mudar nome do Bolsa Família, diz revista. Poder 360, 7 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-estuda-mudar-nome-do-bolsa-familia-diz-revista/> Acessado em: 16/03/2023

<sup>7</sup> Em pesquisa divulgada em junho de 2021 pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), Lula liderava com 49% das intenções de voto, à frente 26 pontos percentuais do presidente Jair Bolsonaro que tinha 23% das intenções.

programa, Bolsonaro majorou o valor do benefício mínimo para R\$600,00 a partir de agosto do ano eleitoral.

Tendo em vista que recompensas eleitorais imediatas para incumbentes que implementam e expandem programas de transferência de renda podem atrair governantes de todo o mundo a adotarem essas políticas, meu problema de pesquisa se estabelece: o recebimento de programas de transferência de renda impacta nas eleições presidenciais? Para responder a pergunta, este trabalho visa dar continuidade a uma agenda de pesquisas sobre o impacto das políticas de transferência de renda no comportamento eleitoral. Assim, pretendo verificar se municípios com maior cobertura do Auxílio Brasil recompensaram Jair Bolsonaro nas eleições de 2022. Minha hipótese é que, devido ao seu histórico, Bolsonaro não conseguiu criar uma plataforma política forte o suficiente para receber a recompensa eleitoral do Auxílio Brasil nas urnas.

Essa questão mobilizou intensamente a discussão política e midiática brasileira, sendo possível identificar prognósticos que defendiam respostas positivas<sup>8</sup>, e outros mais céticos<sup>9</sup>. No entanto, salvo engano, nenhum trabalho acadêmico avaliou de fato se esta política social incorreu em votos para o então presidente.

Para testar minha hipótese, foi necessário a construção de um banco de dados com informações dos resultados das eleições presidenciais de 2022, juntamente com as estatísticas de beneficiários do Auxílio Brasil e dados populacionais, demográficos e socioeconômicos dos municípios. Posteriormente, utilizei a técnica da Regressão Linear Multivariada com o auxílio do software RStudio. Quando se adiciona diferentes variáveis de controle a fim de captar parte do conflito social, econômico e político que reverbera durante as eleições, esta correlação foi estatisticamente nula. Ou seja, do ponto de vista teórico as evidências reforçam a posição de que essas políticas sociais não se traduzem automaticamente em retorno eleitoral, sendo necessário que políticos construam uma identificação de longo-prazo com iniciativas deste tipo.

---

<sup>8</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58936883>, <https://www.moneytimes.com.br/eleicoes-como-jair-bolsonaro-ainda-pode-virar-o-jogo-nas-pesquisas/> e <https://opopular.com.br/politica/bolsonaro-cresce-com-mais-auxilios-dizem-analistas-1.2501178>

<sup>9</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62017980> e <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-ultima-cartada-do-capitao/>

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos. Após esta introdução, abordo as principais teorias do comportamento eleitoral: a teoria sociológica, a teoria psicossociológica e a teoria da escolha racional. Em seguida, comento sobre políticas de transferência de renda e seus impactos eleitorais, examinando brevemente a trajetória do Bolsa Família até sua substituição pelo Auxílio Brasil. Depois, trago a discussão sobre a metodologia que embasou esta pesquisa. Posteriormente, comento os resultados encontrados e, por fim, escrevo algumas considerações finais.



## 2 TEORIAS EXPLICATIVAS DO VOTO

O processo eleitoral é uma das engrenagens que movem a democracia representativa. Nesta dinâmica, surge um questionamento central na Ciência Política: como os eleitores decidem o seu voto? Para responder, pesquisadores formularam diversas teorias e modelos explicativos. Neste capítulo, irei apresentar as principais correntes do comportamento eleitoral: a teoria sociológica, a teoria psicossociológica e a teoria da escolha racional.

### 2.1 Teoria Sociológica

Os trabalhos pioneiros do modelo sociológico foram organizados pelos estudiosos da Universidade de Columbia, tendo como principal referência as obras *The People's Choice*, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet em 1948 e *Voting*, de Berelson, Lazarsfeld e Mcphee em 1954. Estes autores baseiam sua argumentação na perspectiva de que o voto não deve ser compreendido como uma atividade autônoma e unilateral, mas sim como resultado de diversas interações sociais dentro de um contexto político no qual o eleitor está inserido. Em outras palavras, “o ato individual não é socialmente isolado” e “o somatório de milhares de micromotivos não explica os macrocomportamentos” (FIGUEIREDO, 1991:43).

A sociologia política irá se preocupar fundamentalmente com os coletivos sociais e como eles imprimem dinâmica à política. Segundo esta teoria, o indivíduo vota conforme padrões estabelecidos pelo grupo social no qual convive. Nesta direção, Castro (1994) afirma que eleitores que trabalham ou se relacionam no mesmo ambiente têm mais propensão de votar no mesmo candidato. “As pessoas desenvolvem necessidades e interesses semelhantes, tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas a experiências comuns.” (CASTRO, 1994:32). Ou seja, indivíduos em um contexto social semelhante têm mais probabilidade de interagir entre si, conseqüentemente tendem a ter valores sociais parecidos e, por fim, podem manifestar seu comportamento eleitoral de uma forma equivalente.

Berelson, Lazarsfeld, e Mcphee (1954) fazem apontamentos interessantes no mesmo sentido. Primeiro, eles defendem que a diferenciação social (com base no status socioeconômico, religião, raça e local de residência) é uma pré-condição para a dissidência

política e subsequente clivagem eleitoral. Segundo, os autores indicam que há condições de transmissão social e política que garantem a manutenção e persistência dessa diferenciação de geração em geração. Por fim, argumentam que as circunstâncias de maior proximidade social e física entre membros de um grupo facilitam e mantêm a clivagem eleitoral. “In contemporary America these conditions are best met in class, in ethnic and in ecological divisions of the population. They continue to provide, then, the most durable social bases for political cleavage.” (BERELSON; LAZARFELD; MCPHEE, 1954:75).

Adiante, Figueiredo (1991) aponta que, na teoria sociológica, os partidos políticos formulam discursos com pautas específicas em busca de eleitores. Assim, nesta corrente a identificação partidária se expressa através de um “contrato” de representação de interesses entre eleitores e partidos. Por consequência, ao falar da origem da identidade política, Figueiredo (1991) afirma que ela se dá pelo discurso político-partidário. “A identidade partidária por sua vez baseia-se na identidade política previamente formada e a origem de sua flutuação está na estratégia eleitoral dos partidos.” (FIGUEIREDO, 1991:57). Entretanto, segundo o autor, a identidade política não é sinônimo de identificação partidária, mas reconhece essa relação como probabilística: “quanto mais coeso for um grupo social, menor será a probabilidade de que os membros desse grupo respondam com seus votos aos apelos de forças momentâneas.” (FIGUEIREDO, 1991:61).

Para concluir, Figueiredo (1991) defende que a decisão do voto, na perspectiva sociológica, é comandada pela natureza e pela densidade da identidade política existente entre eleitores e candidatos e quando ambos não possuem alguma afinidade consequentemente não se relacionam eleitoralmente. “É pouco provável que políticos-patrões consigam votos entre eleitores ideológicos, ou que eleitores-clientes votem em candidatos ou partidos ideológicos.” (FIGUEIREDO, 1991:68).

É possível estabelecer ao menos duas consequências desta teoria para a análise do efeito eleitoral de políticas de transferência de renda. A primeira reforça a visão que o mecanismo que conecta beneficiários e incumbentes é o clientelismo. Por serem pobres os destinatários da política, esta “compraria” seus votos. A segunda visão, diferentemente, chama atenção para aspectos coletivos do comportamento eleitoral, e dessa forma os efeitos multiplicadores da política social podem impactar a decisão do voto para além dos beneficiários.

No entanto, a teoria sociológica do comportamento eleitoral tem limitações para explicar as variações que ocorrem na votação devido a fatores econômicos específicos de cada eleição. Fatores sociais podem explicar a estabilidade de longo prazo do comportamento eleitoral, mas não explicam as variações que ocorrem no comportamento dos eleitores em diferentes eleições. Essas limitações deram origem a teoria psicossociológica que busca vincular a influência de fatores sociológicos e históricos de longo prazo e os fatores sociais e políticos de curto prazo que caracterizam cada eleição.

## 2.2 Teoria Psicossociológica

Ao olhar para as variáveis psicológicas como intermediárias entre as variáveis sociológicas e atitudinais do comportamento político, a teoria psicossociológica do comportamento eleitoral surge como uma tentativa de resolver o problema da volatilidade que o modelo sociológico é incapaz de explicar. Este modelo explicativo tem sua origem nas pesquisas conduzidas pelo Survey Research Center da Universidade de Michigan, durante as eleições presidenciais norte-americanas das décadas de 1940 e 1950. Destes estudos, surgiram uma série de publicações, em especial o livro *The American Voter*, escrito por Campbell, Converse, Miller e Stokes em 1960. Através de *surveys*, o chamado Modelo de Michigan objetivou a busca da causalidade ao nível psicológico, onde o indivíduo é a unidade de análise.

Figueiredo (1991) nos mostra que, segundo esta corrente, a formação psicológica do indivíduo ocorre a partir de suas experiências sociais e do ambiente no qual ele adquiriu estas experiências, que, conseqüentemente, se conecta com a sua estrutura de personalidade. A explicação desta teoria é baseada no sistema atitudinal, composto pelas percepções, intenções, motivações e as afinidades psicológicas que fazem com que os indivíduos se posicionem de diferentes maneiras no sistema político.

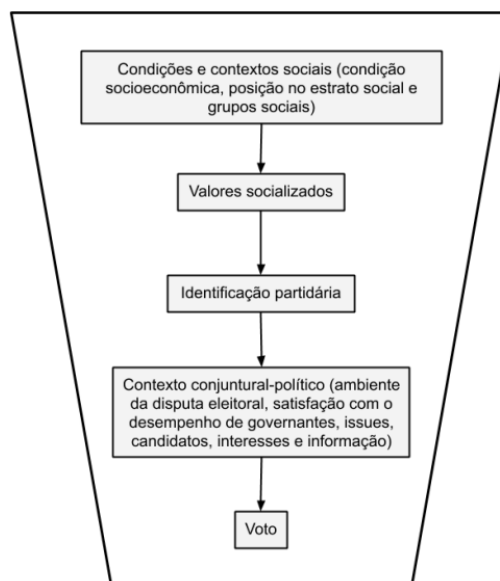
O sistema atitudinal não é cativo de grupos ou classes sociais. As atitudes são formadas pela compreensão da vida social e política, que é adquirida por intermédio da socialização. Nesse sentido, para compreender qualquer fenômeno social ou estritamente político é necessário saber antes como os indivíduos apreendem a organização da sociedade e as relações sociais. Isto é, é necessário saber inicialmente como os indivíduos concebem sua existência social. (FIGUEIREDO, 1991:23).

Ou seja, esta formação psicológica é o principal fator que guiará as ações e opiniões dos indivíduos. O modelo psicossociológico defende que, para os mais diversos contextos políticos e sociais, o indivíduo irá formular respostas iguais e suas ideias, opiniões e atitudes irão permanecer relativamente estáveis no decorrer do tempo. Consequentemente, este processo traz uma certa previsibilidade no modo como os indivíduos visualizam o sistema eleitoral e se comportam politicamente. “Esta invariabilidade do processo de articulação de variáveis que determinam as atitudes e ações políticas é a base sobre a qual se apoia a lei causal fundamental do modelo de Michigan.” (FIGUEIREDO, 1991:21).

Antunes (2010) defende que o conceito central deste modelo é a identificação partidária, que se concebe como uma afinidade psicológica de relação estável e duradoura com um partido político. Contudo, é importante notar que, nessa perspectiva, a identificação partidária não é vista como uma variável que nos diz de forma direta e inequívoca qual é a opção de voto do eleitor. O autor cita o trabalho de Campbell et al (1960) que descreveu o partidarismo como um “filtro” através do qual os eleitores julgam o que é coerente com a orientação do seu partido e descartam o que não é. Levando em consideração que, muitas vezes, a vida política e a avaliação das propostas dos partidos e candidatos exige conhecimentos e informações que os cidadãos não possuem, a identificação partidária torna-se um importante instrumento de leitura do processo eleitoral.

Para explicar o fluxo de causalidade no comportamento político, a teoria psicossociológica desenvolve a metáfora do funil de causalidade que se propõe a elucidar a cadeia de fatores necessária para a decisão final do voto do eleitor. “Each cross section contains all the elements that will successfully predict the next, and so on, until we have arrived at the final act.” (CAMPBELL et. al., 1960 *apud* ANTUNES, 2010:155). Abaixo, na Figura 1, está a representação gráfica do funil de causalidade retirada do trabalho de Santos (2020).

**Figura 1 - representação gráfica do funil de causalidade**



Fonte: Elaboração de Débora de Oliveira Santos (2020)

Na entrada do funil estão os fatores sociais, caracterizados principalmente pelas condições e contextos sociais em que o indivíduo está inserido. Podemos dizer que a teoria sociológica do voto, apresentada acima, se detém nesta etapa. A teoria psicossociológica, no entanto, propõe que estas características sociológicas e sociais influenciam o próximo elemento dessa sequência que é a identificação partidária. Esta, por sua vez, tem papel decisivo na avaliação dos candidatos. Do outro lado, na saída do funil, estão os fatores do contexto conjuntural-político que resultarão no voto em si. Este esquema deixa claro o papel central que a identificação partidária possui na abordagem psicossociológica do comportamento eleitoral:

Trata-se de um elo psicoafetivo, que é mobilizado a partir das bases psicológicas da identificação entre sujeito e grupos, e moldado na socialização política pelos grupos de referência. Sendo assim, a identificação partidária funciona como um filtro para a percepção e interpretação dos contextos conjunturais e dos objetos políticos, podendo variar em direção e em intensidade e sendo reforçada a cada ato político que seja a ela coerente (ANTUNES, 2010; FREIRE, 2001; SILVA, 2016). Ou seja, essa variável é o que liga as clivagens e valores socialmente compartilhados ao comportamento político observável e mensurável. (SANTOS, 2020:21)

Embora esta teoria avance em diversas questões, Antunes (2010) explica que o papel da identificação partidária tem sido contestado pela dificuldade em aplicá-lo a sistemas eleitorais não essencialmente bipartidários. Em outras palavras, este modelo encontra

dificuldade de generalização, tendo em vista que foi desenvolvido a partir e para o sistema político-partidário norte-americano. Ainda, Antunes afirma que para os críticos, a abordagem psicossociológica supervaloriza a identificação partidária e o vínculo entre partidos e eleitores, minimizando o fato de que o eleitor regula a sua ligação com os partidos políticos após avaliar, a cada eleição, a sua condição econômica.

Ainda assim, a teoria psicossociológica pode contribuir para o entendimento da relação entre políticas de transferência e voto ao ressaltar que é importante a formação de uma imagem e de identificação entre o político e partido que a implementam, o benefício e o eleitor.

### **2.3 Teoria da Escolha Racional**

Outro modelo proposto para explicar o comportamento eleitoral vem da teoria da escolha racional, apresentada na obra *An Economic Theory of Democracy*, de Anthony Downs (1957). Ao partir da lógica do individualismo metodológico, esta abordagem desconsidera determinantes psicológicos e sociológicos na compreensão da tomada de decisões pelos indivíduos e desenvolve uma analogia direta entre consumidores e eleitores e entre empresas e partidos políticos.

A teoria da escolha racional foi desenvolvida com base nos estudos de economia política de Kenneth Arrow (1963), na qual parâmetros econômicos são relacionados com uma escolha ou resultado. Presumiu-se que: se as hipóteses da escolha racional são capazes de explicar o funcionamento do mercado, podem igualmente explicar o funcionamento político. Logo, os consumidores estão para as empresas assim como os votantes estão para os partidos políticos. Enquanto os consumidores procuram maximizar a utilidade e as empresas o lucro, os eleitores estão em busca da maximização da utilidade de seu voto e os partidos buscam alavancar os ganhos eleitorais. (OLIVEIRA, 2012:108).

Antunes (2010) afirma que o funcionamento deste modelo se ancora em três premissas: i) todas as decisões, tanto dos eleitores quanto dos partidos políticos, são racionais, guiadas pelo interesse próprio e executadas de acordo com o princípio da maximização da utilidade da ação; ii) no sistema político democrático há um certo nível de consistência institucional que permite fazer previsões confiáveis sobre as ações dos eleitores e partidos políticos; e iii) mesmo com a previsibilidade mencionada na premissa anterior, o sistema

democrático também assume um nível de incerteza que fará com que tanto os eleitores quanto os partidos políticos diferenciem suas tomadas de decisões por não terem total certeza das consequências de suas ações.

Antes de entrar de fato no debate das premissas, é importante entender o conceito de racionalidade que Downs (1957) importa das teorias econômicas. Esta racionalidade permite que os partidos e eleitores alcancem a maximização da utilidade de suas ações.

Nessa análise, o termo racional nunca é aplicado aos fins de um agente, mas somente a seus meios. Isso resulta da definição de racional como eficiente, isto é, maximizar o produto no caso de um dado insumo, ou minimizar o insumo no caso de um dado produto. Desse modo, todas as que os economistas se referem a um “homem racional”, eles não estão designando um cujos processos de pensamento consistem exclusivamente de proposições lógicas, ou um homem sem preconceitos, ou um homem cujas emoções são inoperantes. No uso normal, todos esses poderiam ser considerados homens racionais. Mas a definição econômica se refere unicamente ao que se move em direção a suas metas de um modo que, ao que lhe é dado saber, usa o mínimo insumo possível de recursos escassos por unidade de produto valorizado. (DOWNS, 1998:27)

Logo, a teoria da escolha racional defende que os políticos e seus partidos tomam decisões e desenvolvem estratégias baseando-se na maximização dos seus interesses, como ganhar as preferências dos eleitores e conseguir votos suficientes para que alcancem ou permaneçam em cargos e postos de poder (FIGUEIREDO, 1991).

Desse modo, os políticos no nosso modelo nunca buscam o poder como um meio de executar políticas específicas; seu único objetivo é colher as recompensas de ocupar um cargo público *per se*. Eles tratam as políticas públicas puramente como meios de atingir seus fins privados, que eles conseguem alcançar somente se forem eleitos. (DOWNS, 1998:50)

Santos (2020) aponta que participar politicamente possui um custo inerente e a decisão de participar só se dará quando o benefício a ser extraído dela exceda esse custo. Para isso, a teoria racional acredita que o eleitor faz um cálculo que resume-se em duas decisões: a decisão de participar ou abster-se, e a decisão de qual candidato ou partido votar. Dito de outra forma, o eleitor realiza um cálculo racional para decidir suas preferências e verificar qual opção política pode gerar maior utilidade e maximização daquilo que pretende obter.

Aqui percebe-se que, diferente das teorias sociológica e psicossociológica, as preferências eleitorais não são fixas e podem ser mudadas de eleição em eleição dependendo do contexto. Dessa forma, para Downs (1957), o caráter duradouro proposto por esses dois modelos não permite compreender a volatilidade e flutuação das taxas e das preferências eleitorais. Para dar conta dessa lacuna, a teoria downsiana propõe que as identificações partidárias, advindas da socialização, e as identidades sociais, oriundas da classe e dos grupos aos quais o eleitor pertence, devem ser desconsideradas como variáveis para explicar o comportamento político.

A segunda premissa da teoria da escolha racional pontua que é possível realizar os cálculos de maximização da utilidade da ação, porque no sistema político democrático há um certo nível de consistência institucional que permite fazer previsões sobre as ações dos eleitores e partidos políticos. Para isso, os eleitores utilizam das informações disponíveis sobre o que os partidos realizam e realizaram no governo ou, em contraposição, sobre aquilo que os partidos de oposição poderiam ter feito caso ocupassem o governo. É importante ressaltar que, para tal cálculo ser assertivo, os partidos devem ser responsáveis e confiáveis em suas políticas e promessas, oferecendo coerência em seu comportamento. “If there is any consistency in the behavior of political parties and government, this situation leads to the impossibility of rational choice and consequently the collapse of the democratic system.” (ANTUNES, 2010:159).

Além disso, ao apresentar essa consistência, os partidos representam um atalho de informações para o eleitor, tendo em vista que,

(...) se o eleitor souber diferenciar os partidos por suas ideologias, não precisará se preocupar em obter informações sobre propostas e atuações específicas de cada candidato. Para conquistar a fidelidade do eleitor, os partidos devem manter suas ideologias coerentes e procurar cumprir as promessas feitas na ocasião da campanha eleitoral, pois, as ações concretas desempenhadas pelo governo oferecem uma previsão melhor sobre o que o partido fará do que as declarações presentes (OLIVEIRA, 2012:110).

A terceira e última premissa da teoria da escolha racional pressupõe que, apesar da previsibilidade das ações apresentada anteriormente, existe também um determinado grau de incerteza sobre as preferências políticas dos eleitores. Com isso, os partidos políticos são obrigados a diferenciarem suas agendas políticas. Os eleitores também possuem uma determinada incerteza ao formularem suas preferências políticas, pois “nem sempre estão



cientes do que o governo está ou poderia estar fazendo e, frequentemente, não conhecem a relação entre as ações governamentais e suas próprias rendas de utilidade” (DOWNS, 1998: 100). Desta forma, para a abordagem racionalista, os partidos políticos organizam suas políticas e campanhas no sentido de serem o mais agregadores e mobilizadores de votos possível, e se posicionam ideologicamente de modo a contemplar a maior quantidade possível de grupos sociais, estratégia que Figueiredo (1991) avalia como um pré-requisito para o sucesso eleitoral.

Nesse sentido, as ações governamentais não buscam somente responder à função social do governo, mas buscam também a realização de interesses privados de políticos e partidos, sendo que "all its actions are aimed at maximizing votes, and it treats policies merely as means towards this end" (DOWNS, 1957, p. 35). (SANTOS, 2020:25)

Antunes (2010) argumenta que, segundo esta corrente, a decisão de votar em uma eleição é sustentada por uma crença irracional sobre a eficácia de tal ação. Como mencionado anteriormente, para a teoria da escolha racional, as eleições não visam a manifestação de preferências do eleitor, mas sim a escolha do governo. Então, em cada processo eleitoral, o votante irá estrategicamente avaliar as chances daquele candidato e/ou partido de ganhar a eleição, além de analisar o risco de as eleições serem vencidas por um candidato e/ou partido que considera indesejável.

For example, let us assume that there are three parties: Right, Centre and Left. Voter X prefers Right to Centre and Centre to Left, but he believes that Right has the least chance of winning. If he greatly prefers Right to Centre and is almost indifferent between Centre and Left, he is less likely to switch his vote from right to Centre than if he slightly prefers Right to Centre but abhors Left (DOWNS, 1957:49 *apud* ANTUNES, 2010:162).

Em contrapartida, ao fazer o cálculo racional, o eleitor pode se dar conta de que o valor de seu voto é insignificante levando em consideração o resultado da eleição, o que sugere que participar do processo eleitoral não traz resultados satisfatórios e benéficos. Figueiredo (1991) explica este paradoxo da participação:

(...) com base em uma só premissa a teoria da eficiência do voto oferece dois conselhos contraditórios. O primeiro conselho diz: não participe, porque seu ato individual é irrelevante e, como cidadão, você não estará excluído dos benefícios deriváveis da ação governamental, seja qual for o “time” eleito. O segundo conselho diz: (...) mas se todos, menos eu, adotarem o primeiro conselho e não participarem,

então eu participo e defino o resultado da eleição na direção que eu quiser; mas outros certamente pensarão o mesmo e assim logo seremos muitos, o que se torna um incentivo para que se pegue carona em vez de participar, voltando para o primeiro caso (FIGUEIREDO, 1991:114).

É sobre essa ideia que recai uma das principais críticas desta abordagem. Antunes (2010) apresenta o trabalho Blais (2000) que afirma que a teoria da escolha racional tem baixo poder explicativo sobre o comportamento eleitoral: “unfortunately for the theory, many people do vote. In fact, a clear majority vote in the most important elections, where the numbers of voters is extremely large and the probability of casting a decisive vote is minuscule” (BLAIS, 2000:2 *apud* ANTUNES, 2010:162). Na mesma direção, Antunes traz a crítica de Green e Shapiro (1994) à metodologia do modelo downsiano, a qual afirma que há discrepância entre teoria e realidade.

Outra crítica latente a esta corrente é sobre o fato da exigência de que os eleitores tenham informações detalhadas sobre seus próprios interesses e sobre as propostas partidárias para realizar o cálculo de custo-benefício. Por mais que teóricos da abordagem da escolha racional argumentem que o eleitor pode usar atalhos cognitivos, como a mídia, estes críticos apontam dúvidas sobre o peso que esses atalhos têm a ponto do eleitor confiar e mudar suas ações baseado nisso.

That is, voters decide, in fact, based on trust, not based on the information. Then we returned to the proposals of the sociological model — that people vote according to their social group —, and psychosocial — that people vote according to their partisanship. (ANTUNES, 2010:164)

A teoria do voto econômico é uma das vertentes da escolha racional e apresenta um modelo de recompensa e punição que considera o desempenho econômico do governo como variável central para determinar a escolha do voto. “Se a economia vai bem, os governantes ganham mais votos; se, contrariamente, a economia vai mal, a oposição se beneficia.” (FIGUEIREDO, 1991:67).

Simoni Jr (2012), ao apresentar alguns estudos sobre esta abordagem, menciona o trabalho de Carreirão (2002) que analisou o comportamento eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras de 1989, 1994 e 1998 e concluiu que “os dados analisados parecem suficientes para indicar que o ‘voto econômico’ (...) foi uma das motivações centrais do eleitor nas três eleições presidenciais brasileiras recentes”. (CARREIRÃO, 2002:208 *apud* SIMONI JR., 2012:50). Ainda, Simoni Jr. destaca que, segundo alguns autores, o padrão geográfico dos

votos no PT no pleito presidencial de 2006 pode ser explicado pelo voto econômico: “o programa de transferência de renda Bolsa-Família, o aumento expressivo do salário mínimo e outras iniciativas governamentais teriam sido as causas (...) para a forte penetração do PT em municípios pobres do Nordeste (...)” (SIMONI JR., 2012:50). Veiga, Gimenes e Ribeiro (2018) comentam que, nos últimos anos, os aspectos relacionados à redução da pobreza, distribuição de renda e investimento social têm sido evidenciados na literatura enquanto variáveis explicativas do desempenho do incumbente na América Latina. Como é possível observar, alguns aspectos desta abordagem podem trazer entendimentos interessantes sobre o caso eleitoral brasileiro.

A teoria da escolha racional oferece diversas interpretações sobre a relação entre políticas de renda e comportamento eleitoral. O mecanismo mais intuitivo é o que diz que, dado que receber o benefício aumenta o bem-estar do eleitor, ele irá recompensar o político incumbente. No entanto, um mecanismo mais sofisticado enfatiza o ponto da coerência: eleitores, sendo racionais, irão decidir seu voto com base na consistência das ações dos políticos.

No capítulo seguinte, comentarei sobre políticas de transferência de renda e seus impactos eleitorais, examinando brevemente a trajetória do Bolsa Família até sua substituição pelo Auxílio Brasil.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS E VOTO

Simoni Jr. (2017) pontua que as crises econômicas e sociais dos anos 1980 e 1990 acarretaram no aumento da pobreza e desigualdade na América Latina combinada à crise fiscal dos governos. Este cenário permitiu com que as propostas de programas de transferência de renda condicionada se consolidassem entre os formuladores de políticas públicas, instituições, bancos e setores governamentais. O principal argumento por trás dessas políticas é de que o capital humano pode ser aprimorado, fornecendo dinheiro às famílias para convencê-las a investir em si mesmas por meio de uma maior participação na educação e nos serviços de saúde (RAWLINGS e RUBIO 2005; HALL, 2006). “O objetivo, segundo seus formuladores, era aliviar a miséria no curto-prazo e combater o ciclo da pobreza, buscando melhorar as condições das futuras gerações, sem onerar demasiadamente os gastos públicos.” (SIMONI JR., 2017:12). Assim, diversos governos na América Latina adotaram políticas de transferência de renda condicionada como parte de uma nova agenda de políticas sociais. Para além do Brasil, os principais programas foram introduzidos no México, Colômbia, Chile, Nicarágua, Argentina e Equador (RAWLINGS e RUBIO 2005; HALL, 2006; CORRÊA, 2015).

Na próxima seção, apresentarei de forma breve a trajetória do CCT brasileiro Bolsa Família até sua substituição pelo Auxílio Brasil.

#### 3.1 Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil

Fleury (2008) comenta que as políticas sociais brasileiras desenvolveram-se a partir do início do século passado e acabaram configurando um tipo de padrão de proteção social só alterado com a Constituição Federal de 1988. Cronemberger e Teixeira (2015) pontuam que a carta constitucional de 1988 trouxe um significativo avanço em relação ao reconhecimento das demandas sociais e ao reordenamento do sistema de proteção social com base em princípios universalistas.

Um dos maiores e mais famosos exemplos de políticas sociais brasileiras foi criado em 2004, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), onde o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou o Programa Bolsa Família (PBF), que unificava e reorganizava programas sociais criados pelo governo anterior de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O público-alvo era famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$100,00 e

R\$50,00, respectivamente, em valores correntes. O PBF fazia parte da estratégia Fome Zero que tinha como um de seus objetivos o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Além disso, visava:

- I. promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- II. combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- III. estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- IV. combater a pobreza, e
- V. promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público. (BRASIL, 2004b)

Por ser um programa de transferência de renda condicionada, o PBF possuía alguns compromissos que precisavam ser assumidos pelas famílias beneficiárias, como os exames de pré-natal, acompanhamento nutricional, acompanhamento de saúde e frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular (BRASIL, 2004a). Se a família não cumprisse tais condicionalidades, os benefícios do Bolsa Família poderiam ser bloqueados, suspensos ou cancelados.

Durante sua carreira como deputado federal, Jair Bolsonaro se mostrou um forte crítico do PBF chegando a chamar o programa de “Bolsa Farelo”, além de associar o pagamento ao “voto de cabresto”. Em 2011, na Câmara dos Deputados, defendeu a extinção do programa. Em 2017, afirmou que a ampliação do PBF seria “demagogia”: “Para ser candidato a presidente tem de falar que vai ampliar o Bolsa Família, então vote em outro candidato. Não vou partir para a demagogia e agradar quem quer que seja para buscar voto.”.

Em 2018, Jair Bolsonaro, na época filiado ao PSL, venceu as eleições presidenciais. Seria esse o fim do Bolsa Família? Mais ou menos. A mudança de discurso do ex-presidente já era notável antes mesmo da vitória eleitoral. Em *live* feita ao lado de Luciano Hang, no dia dez de outubro de 2018, dias antes do segundo turno, Bolsonaro afirmou que, caso ganhasse as eleições, não acabaria com o PBF, pelo contrário, melhoraria. Após sua vitória, o então ex-presidente não apenas manteve o programa, como instituiu um 13º pagamento em dezembro de 2019. Mais do que isso: desde seu primeiro ano de governo, levantaram-se suspeitas na imprensa de que Bolsonaro estaria planejando renomear o PBF, talvez alterar algumas de suas características, de modo a ter um CCT que pudesse chamar de seu. De fato, o último pagamento do programa aconteceu em 29 de outubro de 2021, e desde

este momento até o final do ano seguinte vigorou o Programa Auxílio Brasil. O novo benefício também sucedeu o Auxílio Emergencial, a principal política pública adotada pelo governo federal na pandemia de Covid-19, que começou a ser pago em 2020 e se encerrou em outubro de 2021. Os R\$400 mensais do Auxílio Brasil superam a média de R\$180 que era pago pelo Bolsa Família, ambos em valores correntes.

A implementação do PAB ocorreu a menos de um ano da disputa presidencial de 2022. Em outubro de 2021, enquanto Bolsonaro era cotado para tentar a reeleição, o ex-presidente Lula liderava as pesquisas de intenção de voto para 2022. Bolsonaro tinha como principal adversário um candidato cuja imagem está totalmente vinculada ao PBF. Na tentativa de ser um candidato mais competitivo, ele precisou angariar votos entre os mais pobres, terreno onde Lula liderava com vantagem. Além de alterar o nome do programa, Bolsonaro majorou o valor do benefício mínimo para R\$600,00 a partir de agosto do ano eleitoral.

A seguir, veremos que para além dos impactos sociais e econômicos, os CCTs têm efeitos políticos e eleitorais que chamam atenção dos pesquisadores.

### **3.2 Políticas de Transferência de Renda e Impacto Eleitoral**

Retomando o debate sobre as teorias do comportamento eleitoral, Simoni Jr. (2022) argumenta que a lógica da competição eleitoral que permeia a distribuição dos recursos públicos pode ser analisada no quadro ampliado do modelo espacial de Downs. “According to Downs (1957), political competition occurs in a one-dimensional ideological axis in which parties move in search of votes. Voters would have a fixed ideological position, and the only strategy available to political parties is to change their platforms.” (SIMONI JR., 2022:6). Aliado a isso, Simoni Jr. comenta que os modelos de “política distributiva” acrescentam outra dimensão à equação downsiana: a distribuição de bens e serviços pelos governos (GOLDEN e MIN, 2013 *apud* SIMONI JR., 2022:6).

According to these models, parties competing for votes do so not only by moving along the ideological spectrum but also by making promises and allocating specific policy benefits. A voter takes two dimensions in consideration when deciding her vote: the distance between her ideological preferences and those of each of the parties, and the promises of policy benefits or the benefits that were in fact distributed by the parties. (SIMONI JR., 2022:6).

Corrêa (2015) analisa a trajetória dos programas de transferência de renda na América Latina. Segundo o autor, após inúmeras avaliações dos programas, o consenso que se formou foi que eles trouxeram resultados muito positivos como o aumento da matrícula escolar e a diminuição do trabalho infantil, melhores valores nutricionais entre crianças pobres, a diminuição da pobreza, entre outros.

Mais recentemente, cientistas políticos têm analisado como grandes investimentos em CCTs afetam o desempenho eleitoral dos candidatos (HALL, 2006, 2008; SANDBERG e TALLY, 2015). Sobre isso, Simoni Jr. (2017) aponta que

(...) não é difícil entender porque programas de transferência de renda assumem importância em modelos explicativos dos resultados eleitorais: de um lado, partidos formuladores dessas políticas engajam-se na mobilização eleitoral e no *credit claiming* dos seus resultados; de outro, é razoável pensar que transferências monetárias diretas a parcelas mais pobres da população, com efetivo impacto nas suas condições de vida, constitua um importante ativo eleitoral para os incumbentes. (SIMONI JR., 2017:13)

Ainda, o autor defende que esses estudos de impactos eleitorais não permitem diagnósticos claros: alguns trabalhos demonstram efeitos eleitorais positivos, outros efeitos nulos e mesmo negativos em parcelas da sociedade. No caso brasileiro, no entanto, Simoni Jr. (2022) afirma que as interpretações são de modo geral convergentes: o PBF é considerado como uma se não a principal das explicações para os resultados eleitorais presidenciais de 2006 até 2014, contribuindo para conformar uma base eleitoral do PT assentada nas regiões e eleitores mais pobres do Brasil.

Após a saída do PT do governo, algumas perguntas surgiram entre os pesquisadores: o PBF continuará tendo um efeito eleitoral? Os beneficiários irão recompensar Jair Bolsonaro sendo que não foi ele ou o partido que formulou e implementou o programa? Zucco Jr. (2013) argumenta que os dividendos eleitorais gerados por essas políticas estão associados à votação retrospectiva. Ao analisar o PBF e o Programa Bolsa-Escola, que foi formulado pelo PSDB e de onde se originou o PBF, o autor destaca que essas recompensas eram de curto prazo. A tese principal de Zucco Jr. (2013) é que os eleitores apoiariam o incumbente que distribuiu os benefícios desses programas, independentemente de ser ou não seu formulador.

Simoni Jr. (2022) chama atenção de que nos argumentos de Zucco Jr. (2013) há a suposição implícita de que uma vez que o PT saísse do governo, o PBF traria retornos eleitorais ao novo titular.

Despite Zucco Jr.'s (2013) important contribution, his explanation does not take into consideration that, although the BFP was initially the result of a combination of previous PSDB programs, the PT government vastly expanded the program and changed its design, allowing the party to mobilize electorally around its own political platform, potentially with long-term effects, especially in a context in which the antagonist party claimed little credit for its own cash transfer program. (SIMONI JR., 2022:9)

Dessa forma, Simoni Jr. (2022) afirma que o efeito eleitoral de longo prazo desses programas é consequência da reivindicação de crédito aliado aos esforços dos partidos concorrentes para construir plataformas políticas: de que é ele quem defendeu aquela política e continuará defendendo, e que o adversário é contrário. Em outras palavras, o candidato, para ter um retorno eleitoral, precisa construir um discurso em torno desses programas.

Como vimos anteriormente, Jair Bolsonaro tem um passado repleto de discursos com críticas ferrenhas ao PBF. Em 2020, com a chegada do Auxílio Emergencial, o ex-presidente continuava muitas vezes argumentando contra o pagamento desses benefícios, dizendo que o Brasil iria quebrar e que a economia precisava voltar. Em menos de um ano antes das eleições presidenciais, seu discurso mudou de direção: a criação do Auxílio Brasil, que substituiu o Bolsa Família, foi uma das grandes apostas do ex-presidente com o objetivo de obter apoio do eleitorado, principalmente de baixa renda, em seus planos de reeleição.

Desde o início da campanha eleitoral, Bolsonaro mobilizou a máquina pública a seu favor. O Auxílio Brasil é uma das principais frentes dessa estratégia que contou com diversas alterações. Primeiro, com a chamada “PEC dos Precatórios”, no final de 2021, o governo articulou um furo no teto de gastos para 2022 com o objetivo de comportar mais despesas. Dessa forma, além do valor do programa passar de R\$224 em média para R\$400, no mínimo, o número de beneficiários também foi ampliado. Outra reforma foi a “PEC das Bondades”, que liberou R\$41 bilhões para gastos em 2022, permitindo ampliar temporariamente o pagamento do Auxílio Brasil para R\$600 e aumentar o número de famílias beneficiárias. Esta foi uma das alterações mais polêmicas, tendo em vista que desrespeitou leis fiscais e eleitorais sob a justificativa de estado de emergência. Ainda, o governo Bolsonaro distribuiu mais de 6,6 milhões de novos cartões entre junho e setembro, na



tentativa de fixar o novo nome (Auxílio Brasil) entre os beneficiários. Por fim, houve antecipação dos pagamentos do programa em agosto, setembro e outubro, fazendo com que os beneficiários recebessem as transferências de renda antes do segundo turno das eleições presidenciais.

Na mídia e no debate político, não é incomum a visão de que o PBF é permeado por clientelismo e personalismo, com a criação de “currais eleitorais”. Principalmente entre a oposição aos governos petistas, é recorrente o argumento de que o programa seria uma forma de compra de votos institucionalizada. Entretanto, na literatura acadêmica, a maior parte dos pesquisadores considera que o próprio desenho do Bolsa Família não permitiria, ao menos não em nível suficiente, a destinação de benefícios de acordo com o comportamento dos eleitores nas urnas (FRIED, 2009). Nesta direção, Fried (2009) argumenta que

While local-level manipulation of the program may occur, my fieldwork has found that this is increasingly rare. In addition, the structure of the program and the federal government’s publicity make it clear that Bolsa Família is a federal benefit. Lula’s credit-claiming often has personalistic overtones, but this rhetoric does impede the ability of local political bosses to receive electoral benefit for the part they play in the program. (...) This finding offers an example of the gradual shift away from clientelist politics in Brazil. (...) a variety of other developments, from electronic voting to increased oversight of elections and public spending, have narrowed the purview for clientelist exchange. (FRIED, 2009:1049)

Baseado em Simoni Jr. (2022) e Zucco Jr (2013), sob o argumento de que “the emerging consensus is that CCTs improve incumbents’ electoral performance (De La O 2013; Manacorda, Miguel, and Vigorito 2011; Zucco Jr 2008).” (ZUCCO JR 2013:3), surge o problema de pesquisa deste trabalho: políticos podem conseguir recompensa eleitoral mesmo que tenham sido tradicionalmente contrários a esses programas, tenham criado uma política e mudado o discurso às vésperas da eleição e estejam enfrentando um adversário historicamente identificado com políticas de transferência de renda? Ou seja, Bolsonaro teria conseguido criar uma plataforma política forte o suficiente para conseguir os dividendos eleitorais do Auxílio Brasil?

No próximo capítulo, abordarei a metodologia utilizada para tentar responder estas questões.

## 4 METODOLOGIA

A pesquisa pretende analisar qual é a relação entre a cobertura municipal do Programa Auxílio Brasil e a votação presidencial de outubro de 2022. Minha hipótese é que, devido ao seu histórico, Bolsonaro não conseguiu criar uma plataforma política forte o suficiente para receber a recompensa eleitoral do PAB nas urnas.

Para isso, foi necessário a construção de um banco de dados com informações das eleições presidenciais de 2022, que foram retiradas do site do Tribunal Superior Eleitoral<sup>10</sup>, juntamente com as estatísticas do Auxílio Brasil, que foram coletadas através da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único<sup>11</sup>. Ainda, utilizo dados populacionais, demográficos e socioeconômicos dos municípios retirados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano<sup>12</sup>.

Para verificar a hipótese deste trabalho foi utilizado a Regressão Linear Multivariada através do software RStudio. Minha variável dependente é a porcentagem de votos que Jair Bolsonaro recebeu nas eleições de 2022 (tanto no primeiro, quanto no segundo turno) e minha variável independente de interesse é a porcentagem de beneficiários do Auxílio Brasil. A análise foi construída da seguinte forma. Inicialmente, incluo como variável de controle apenas a porcentagem de votos em Jair Bolsonaro em 2018 - ora primeiro, ora segundo turno. Dessa forma, os resultados indicam o impacto do Auxílio Brasil na mudança da votação nas duas eleições do candidato à reeleição. Dito de outra forma, este ajuste permite verificar como esta política social afetou o resultado eleitoral já descontando a base original de apoio de Bolsonaro. Posteriormente, adiciono a variável região, composto por 4 categorias: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A região Nordeste é usada como categoria de referência. Esta variável é importante pois diversos estudos mostram como as diferentes preferências políticas têm ancoragem geográfica específica nos últimos anos no Brasil (SIMONI JR, 2017). Por fim, além do voto defasado do então presidente e da região de pertença do município, adiciono variáveis importantes para a estruturação do voto: o Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH), o índice GINI de desigualdade de renda municipal, as porcentagens de evangélicos, de minorias raciais (não-brancos), de urbanização

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/estatisticas-eleicao?session=211054755390030> Acessado em: 28/02/2023

<sup>11</sup> Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php> Acessado em: 28/02

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/> Acessado em: 27/02/2023

e da população total (esta última variável é usada na versão logaritmizada nas análises). Esses dados captam parte do conflito social, econômico e político que reverbera na disputa eleitoral. Cabe, no entanto, uma ressalva importante. Esses dados são do Censo de 2010, e, logo, apresentam uma grande defasagem em relação ao contexto do pleito de 2022. Esse lapso temporal, entretanto, enviesaria de forma mais contundente as estimativas caso implique em mudanças na ordem e distância entre os municípios. Apenas com os dados do novo Censo podemos verificar se isso aconteceu. Em todos os modelos foram aplicados testes de multicolinearidade e não foi encontrado nenhum VIF (fator de inflação da variância) acima de dez.

Todas as minhas variáveis foram construídas em nível municipal. Isso significa que a análise utiliza dados agregados/ecológicos, e logo os resultados não podem ser imputados para o comportamento individual. Em outras palavras, não é possível verificar a decisão de voto das pessoas beneficiárias, mas sim correlações entre a porcentagem de beneficiários e a porcentagem de voto de diferentes candidatos. De modo geral, costuma-se apontar as limitações deste tipo de análise, e este ponto metodológico foi objeto de debate na discussão sobre o efeito eleitoral do Bolsa Família (ver Bohn (2013) e Power e Zucco (2013)). No entanto, noto que Simoni Jr. (2017, 2021) apresenta indicações de que analisar o retorno eleitoral de políticas sociais é justificável em diferentes níveis de análise, o que implica em não minimizar as inferências oriundas de dados agregados.

## 5 RESULTADOS

Inicialmente, vejamos a distribuição das variáveis dependentes, independentes e de controle. A tabela 1 abaixo mostra que Bolsonaro teve uma votação média municipal similar entre 2018 e 2022 - indicando indiretamente que na tentativa de reeleição conseguiu maior penetração nas menores cidades na comparação com o pleito anterior, dado que perdeu a corrida em 2022. Cabe notar, entretanto, que a distribuição dos beneficiários do Auxílio Brasil fugiu bastante da distribuição normal, com média 35,49% e desvio-padrão de 21,11%. Algumas cidades, inclusive, apresentaram mais pessoas beneficiárias que habitantes, resultado provavelmente oriundo tanto do efeito do atraso do Censo Populacional - inicialmente previsto para 2020 - nas estimativas populacionais feitas a cada ano, quanto da má qualidade que o Cadastro Único assumiu no pós-pandemia no governo Bolsonaro<sup>13</sup>.

**Tabela 1 - Distribuição das variáveis**

	<b>Média</b>	<b>Desvio-padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Votação Jair Bolsonaro 2022 (1 turno)	39.44	17.262	6	84
Votação Jair Bolsonaro 2022 (2 turno)	44.07	18.778	6	89
Votação Jair Bolsonaro 2018 (1 turno)	38.71	18.974	2	84
Votação Jair Bolsonaro 2018 (2 turno)	46.50	22.187	2	93
Beneficiários PAB	35.49	21.106	1	102
Centro Oeste	0.0839	0.27725	0	1
Norte	0.0808	0.27260	0	1
Sul	0.2130	0.40944	0	1
Sudeste	0.2997	0.45818	0	1
IDH	0.66	0.072	0	1
GINI	0.49	0.066	0	1
Urbanização	63.85	22.045	4	100
Evangélicos	10.99	6.480	0	52

<sup>13</sup> Governo apura falha no sistema do Auxílio Brasil durante gestão Bolsonaro. UOL Economia, 01 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/02/01/governo-apura-falha-no-sistema-do-auxilio-brasil-durante-governo-bolsonaro.htm> Acessado em: 21/03/2023

Não-brancos	53.32	24.116	0	99
População (log)	9.4479	1.1893	6.73	16.32

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 2 abaixo apresenta as estimativas do impacto dos beneficiários do PAB no voto em Bolsonaro no primeiro turno, controlando pela votação de Bolsonaro em 2018.

**Tabela 2 - Regressão linear - Modelo I**

	<b>Coefficientes</b>	<b>Erros padrões</b>	<b>p-valor</b>
Votação Jair Bolsonaro 2018 (1 turno)	0.931481	0.329443	0.00
Beneficiários PAB	0.049682	0.004334	0.00
Constante	1.598537	0.329443	0.00
N	5570		
Adj. R <sup>2</sup>	0.951		

Fonte: Elaboração própria.

Primeiro, ao observar o Adjusted R Square que é igual a 0,951 percebe-se que 95,1% da variação da variável dependente *Votação Jair Bolsonaro 2022 (1 turno)* é explicada por suas independentes *Votação Jair Bolsonaro 2018 (1 turno)* e *Beneficiários PAB*. Em segundo lugar, com relação ao efeito de cada variável na dependente, pode-se concluir que: i) para cada aumento de 1 ponto percentual na porcentagem de pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, a votação de Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições presidenciais em 2022 cresce em média 0,0497 ponto percentual, levando em conta a porcentagem de votos que recebeu no primeiro turno de 2018; ii) para cada aumento de ponto percentual na porcentagem de votação de Jair Bolsonaro no primeiro turno de 2018, a sua votação no primeiro turno das eleições presidenciais em 2022 cresce em média 0,93 ponto percentual, levando em conta a porcentagem de pessoas beneficiárias do PAB. Por fim, ao

observar o p-valor, é possível concluir que o efeito de cada variável independente é significativo.

No entanto, ainda que significativa, nessa primeira estimativa verifica-se que a política social praticamente não trouxe votos para Jair Bolsonaro. O conjunto de tabelas abaixo faz o mesmo exercício sobre o segundo turno.

**Tabela 3 - Regressão linear - Modelo II**

	<b>Coefficientes</b>	<b>Erros padrões</b>	<b>p-valor</b>
Votação Jair Bolsonaro 2018 (2 turno)	0.865713	0.004666	0.00
Beneficiários PAB	0.050922	0.004905	0.00
Constante	1.983935	0.379824	0.00
N	5554		
Adj. R <sup>2</sup>	0.9515		

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se que as conclusões se mantêm: o Auxílio Brasil não implicou, de maneira significativa, em votos para Jair Bolsonaro. As regressões abaixo incorporam as regiões brasileiras.

**Tabela 4 - Regressão linear - Modelo III**

	<b>Coefficientes</b>	<b>Erros padrões</b>	<b>p-valor</b>
Votação Jair Bolsonaro 2018 (1 turno)	0.910465	0.004919	0.00
Beneficiários PAB	0.043711	0.004718	0.00
Centro Oeste	1.130215	0.229792	0.00
Norte	3.818033	0.199442	0.00
Sul	2.522216	0.213253	0.00
Sudeste	-0.963430	0.178917	0.00
Constante	1.971481	0.339448	0.00

N	5570
Adj. R <sup>2</sup>	0.959

Fonte: Elaboração própria.

Novamente, as conclusões não mudam: a política social praticamente não trouxe votos para o ex-presidente. Centro-Oeste, Sul e Norte apresentam coeficiente positivo. Um ponto interessante a ser destacado é que no Sudeste Jair Bolsonaro teve pior desempenho quando comparado com o Nordeste. Isso não significa que teve maior porcentagem naquela região em relação à esta, pois interpretar dessa forma implica em desconsiderar as demais variáveis. Como em 2018 o então presidente teve boa performance no Sudeste, e esta variável está incluída no modelo, o resultado indica que o saldo entre ganhos e perdas na sua tentativa de reeleição foi favorável ao Nordeste vis-a-vis o Sudeste em 2022.

A tabela abaixo representa o mesmo exercício para o segundo turno.

**Tabela 5 - Regressão linear - Modelo IV**

	<b>Coeficientes</b>	<b>Erros padrões</b>	<b>p-valor</b>
Votação Jair Bolsonaro 2018 (2 turno)	0.872976	0.004230	0.00
Beneficiários PAB	0.046062	0.004508	0.00
Centro Oeste	1.945511	0.215947	0.00
Norte	3.670006	0.189060	0.00
Sul	2.121705	0.203354	0.00
Sudeste	-3.681460	0.174760	0.00
Constante	2.012933	0.330128	0.00
N	5554		
Adj. R <sup>2</sup>	0.9694		

Fonte: Elaboração própria.

As conclusões não se alteram. Agora, além do voto defasado de Jair Bolsonaro e das regiões brasileiras, adiciono as seguintes variáveis: o Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH), o índice GINI de desigualdade de renda municipal, as porcentagens de evangélicos, de minorias raciais (não-brancos), de urbanização e o logaritmo da população total.

**Tabela 6 - Regressão linear - Modelo V**

	<b>Coefficientes</b>	<b>Erros padrões</b>	<b>p-valor</b>
Votação Jair Bolsonaro 2018 (1 turno)	0.934982	0.005365	0.00
Beneficiários PAB	0.003753	0.005443	0.49050
Centro Oeste	-0.350077	0.238122	0.141
Norte	2.191565	0.214953	0.00
Sul	0.483712	0.226327	0.033
Sudeste	-1.728444	0.177532	0.00
IDH	-6.418011	1.576819	0.00
GINI	4.191941	0.880153	0.00
Urbanização	-0.053881	0.002980	0.00
Evangélicos	0.101341	0.008583	0.00
Não-brancos	-0.012874	0.004036	0.001
População (log)	-0.278947	0.046929	0.00
Constante	11.165198	1.125383	0.00
N	5570		
Adj. R2	0.9643		

Fonte: Elaboração própria.

Aqui, a variável de beneficiários do PAB perdeu significância. As tabelas acima também demonstram que Bolsonaro teve melhor desempenho quanto mais evangélicos e mais desigual for o município. Em contrapartida, teve pior desempenho quanto mais urbano, mais desenvolvido, mais populoso e com maior quantidade de minorias raciais (não-brancos) no



local. Neste modelo, a região Centro-Oeste também perdeu significância. Por fim, a tabela 7 é o resultado do mesmo exercício, agora para o segundo turno.

**Tabela 7 - Regressão linear - Modelo VI**

	<b>Coefficientes</b>	<b>Erros padrões</b>	<b>p-valor</b>
Votação Jair Bolsonaro 2018 (2 turno)	0.9052719	0.0047670	0.00
Beneficiários PAB	0.0005924	0.0051968	0.9092
Centro Oeste	0.3330304	0.2277944	0.1438
Norte	1.6093525	0.2081325	0.00
Sul	1.2335071	0.2163982	0.00
Sudeste	--4.2605294	0.1745668	0.00
IDH	-3.8542476	1.5038187	0.0104
GINI	5.8123706	0.8400255	0.00
Urbanização	-0.0481357	0.0028362	0.00
Evangélicos	0.0772077	0.0081831	0.00
Não-brancos	0.0281286	0.0039505	0.00
População (log)	-0.1799634	0.0448051	0.00
Constante	4.8815443	1.0758028	0.00
N	5554		
Adj. R2	0.9727		

Fonte: Elaboração própria.

No segundo turno, Bolsonaro mantém melhor desempenho em municípios mais evangélicos e mais desiguais. Ainda, curiosamente, o ex-presidente teve mais votos quanto maior a quantidade de minorias raciais (não-brancos). Em contrapartida, ele continuou com pior desempenho quanto mais urbano, mais desenvolvido e mais populoso o local. Neste

modelo, a região Centro-Oeste e os beneficiários do PAB continuaram sem significância estatística. Finalmente, as conclusões sobre o objeto deste trabalho não se alteram: a política social praticamente não trouxe votos para o ex-presidente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou dar continuidade a agenda de pesquisas sobre o impacto das políticas de transferência de renda no comportamento eleitoral. Zucco Jr (2013) afirma que há um consenso entre os pesquisadores de que os CCTs melhoram o desempenho eleitoral dos incumbentes, e através da sua tese principal argumenta que os eleitores apoiariam o político que distribui os benefícios desses programas, independentemente de ser ou não seu formulador. Simoni Jr. (2022) chama atenção de que nos argumentos de Zucco Jr. (2013) há a suposição implícita de que uma vez que o PT saísse do governo, o PBF traria retornos eleitorais ao novo titular.

Em 2018, Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais. O político que era conhecido por ser um crítico ferrenho do PBF mudou completamente a direção de seu discurso. Após sua vitória, o ex-presidente não apenas manteve o programa, como mudou de nome e fez uma série de alterações no benefício com o objetivo de angariar apoio do eleitorado, principalmente de baixa renda, visando sua reeleição.

Contrariando as expectativas do ex-presidente, os resultados obtidos neste trabalho demonstraram que ele pouco ou nada se beneficiou do PAB nas eleições presidenciais de 2022. Ou seja, o retorno eleitoral não foi automático. Esses achados vão ao encontro do que defende Simoni Jr. (2022): para o político receber recompensas eleitorais de certas políticas públicas, ele precisa construir um discurso em torno delas. Esta tese também se ancora na teoria da escolha racional do comportamento eleitoral. Apesar desta corrente apontar uma prática mais intuitiva - onde ao receber o benefício o bem-estar do eleitor iria aumentar, e assim ele iria recompensar o político incumbente - um mecanismo mais sofisticado enfatiza o ponto da coerência: eleitores, sendo racionais, irão decidir seu voto com base na consistência das ações dos políticos. Devido ao histórico de Jair Bolsonaro, a criação desse compromisso crível com os eleitores passa a ser difícil.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Rui (2010). **Theoretical models of voting behaviour**. Exedra, [s. l.], v. 4, p. 145–170. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/242653736\\_Theoretical\\_models\\_of\\_voting\\_behaviour](https://www.researchgate.net/publication/242653736_Theoretical_models_of_voting_behaviour). Acessado em: 14/02/2023.
- BERELSON, B. R., LAZARFELD, P. F. & MCPHEE, W. N (1954) **Voting: a study of opinion formation in a presidential campaign**. Chicago: Chicago University Press.
- BOHN, Simone (2013). **The electoral behavior of the poor in Brazil**. In: Latin America Research Review, vol. 48 (2).
- BRASIL, Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, Artigo 3º. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.
- BRASIL, Decreto 5.20904, de 17 de setembro de 2004, Artigo 4º. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.
- CASTRO, Mônica M. M. de (1994). **Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política**. Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CORRÊA, Diego (2015). **Conditional Cash Transfer Programs, the Economy, and Presidential Elections in Latin America**. In.: Latin American Research Review, v. 50.
- CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. (2015) **O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família**. Pensando fam., Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 132-147, dez. 2015. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2015000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2015000200011&lng=pt&nrm=iso). Acessado em: 19/04/2023.
- DOWNS, A (1998). **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: ed. EDUSP.
- FENWICK, T. (2009). **Avoiding governors: the success of Bolsa Família**. Latin American Research Review, vol. 44, nº 1.
- FIGUEIREDO, Marcus (1991). **A Decisão do Voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Ed. Sumaré/ANPOCS.
- FISZBEIN, Ariel et al (2009). **Conditional Cash Transfers : Reducing Present and Future Poverty**. World Bank Policy Research Report. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/db93c3fe-1810-5834-a9da-c1386ca032>. Acessado em: 19/04/2023.
- FLEURY, Sonia (2008). **Seguridade social, um novo patamar civilizatório**. In: DANTAS,

B.; CRURÊN E.; SANTOS, F.; LAGO, G. Ponce de Leon. (Org.). A Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois – Os cidadãos na carta cidadã. 1ª ed. Brasília: Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008, p. 178-212. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/seguridade-social-seguridade-social-um-novo-patamar-civilizatorio/view>. Acesso em: 19/04/2023

FRIED, Brian (2009). **Distributive politics and conditional cash transfers: the case of Brazil's Bolsa Família**. World Development, vol. 40, n. 5.

GREEN, D. P.; SHAPIRO, I (1994). **Pathologies of rational choice theory**. New Haven: Yale University Press.

HALL, Anthony (2006). **From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula**. In.: Journal of Latin American studies, 38 (4).

HALL, Anthony (2008). **Brazil's Bolsa Família: A double-edged sword?**. In.: Development and Change, Volume 39, Issue 5, pages 799–822, September 2008.

KITSCHOLT, H (2000). **Linkages between Citizens and Politicians in Democratic Polities**. Comparative Political Studies, 33(6–7), 845–879.

MATTOS, Bartira Koch (2011). **Uma abordagem seniana do Programa Bolsa Família**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O'DONNELL, G (1996). **Poverty and inequality in Latin America: some political reflections**. Working paper nº 225. University of Notre Dame. Disponível em: [https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old\\_files/documents/225\\_0.pdf](https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/225_0.pdf). Acesso em: 19/04/2023.

OLIVEIRA, Isabel. C. V. De (2012). **A Teoria da Escolha Racional e o comportamento eleitoral neopentecostal**. Pensamento Plural, Pelotas, v. 5, n. 10, p. 101–117. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3588>. Acessado em: 16/02/2023

PASE, Hemerson L.; MELO, Claudio C (2017). **Políticas públicas de transferência de renda na América Latina**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 51(2):312-329, mar. - abr.

RAWLINGS, Laura e RUBIO, Gloria (2005). **Evaluating the impact of conditional cash transfer programs**. The World Bank Research Observer 20.1.

SANDBERG, Johan e TALLY, Engel. (2015). **Politicisation of Conditional Cash Transfers: The Case of Guatemala**. In.: Development Policy Review, n.33.

- SANTOS, Débora de Oliveira (2020). **As disposições inatas de personalidade como dimensões analíticas do comportamento político**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/212717>. Acessado em: 14/02/2023
- SIMONI JR., Sergio (2012). **Flutuação do voto e sistema partidário: o caso de São Paulo**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SIMONI JR., Sergio (2017). **Política distributiva e competição presidencial no Brasil: Programa Bolsa-Família e a tese do realinhamento eleitoral**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SIMONI JR, Sergio (2021). Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública* 27 (1), Jan-Apr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021271230>. Acessado em: 30/03/2023
- SIMONI JR., Sergio (2022). **Electoral Dividends from Programmatic Policies: A Theoretical Proposal Based on the Brazilian Case**. *Braz. political sci. rev.*, v. 16, n. 1, e0006. <https://doi.org/10.1590/1981-38212022000100>
- SOARES, F.; RIBAS, Rafael; OSÓRIO, Rafael. (2010). **Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família**. In.: *Latin American Research Review*, vol. 45, n.2
- SOUSA, Julio C. de (2009). **Avaliação de Impactos de Programas de Transferência Condicionada de Renda na Redução da Pobreza Intergeracional: o Programa Bolsa Família e a escolaridade**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- STOKES, S. (2005) **Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina**. *American Political Science Review*, vol. 99, nº 3, p. 315-325.
- VEIGA, L. F.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. **Comportamento político e opinião pública: estudos sobre Brasil e América Latina**. Curitiba: CPOP, 2018. p. 109-127
- ZUCCO, Cesar Jr. (2013), **When Payouts Pay Off: Conditional Cash Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002–10**. *American Journal of Political Science*, 57: 810-822. <https://doi.org/10.1111/ajps.12026>
- ZUCCO, Cesar Jr. e POWER, Timothy (2013). **Bolsa Família and the Shift in Lula's Electoral Base, 2002-2006**. In: *Latin America Research Review*, 48 (2)

